

## APRESENTAÇÃO

### A EDUCAÇÃO ESCOLAR E NÃO-ESCOLAR EM CONTEXTOS DE MUDANÇA: DESAFIOS PARA A PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

*Zeila de Brito Fabri Demartini<sup>1</sup>*

O número 25, volume 1 da *Revista Cadernos*, é resultado de um duplo desafio enquanto publicação de caráter interdisciplinar no campo das Ciências Sociais; o primeiro, por tratar de uma das temáticas mais importantes da realidade social – a educação –, focalizando-a sob o olhar de cientistas sociais; o segundo, por retomar as reflexões de sociólogos que, já há muitas décadas, chamaram a atenção para a importância do conhecimento do contexto social para a compreensão da educação, entendida em seu sentido mais amplo.

Como comentamos em artigo que tratou das relações entre Ciências Sociais e Educação (DEMARTINI, 2012), vários estudiosos poderiam ser lembrados aqui pela sua importância para a discussão das questões educacionais, levando-se em conta o contexto social mais amplo e tendo os problemas educacionais como objeto de reflexão sociológica. Relembrando aqueles que, nas Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, realizaram pesquisas e ministraram aulas sobre os mesmos, destacamos: Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Marialice M. Foracchi, Luiz Pereira, Duglas Teixeira Monteiro, Aparecida Joly Gouveia, Lia Fukui, José de Souza Martins, Heloísa Fernandes, Maria Helena Oliva, entre outros.

Em uma primeira parte da *Revista*, optou-se pela publicação de dois textos clássicos: “*A educação como uma forma de colonialismo*”, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, publicado originalmente em 1976 e “*A situação colonial: abordagem teórica*”, de Georges Balandier, publicado em 1951. A escolha dos mesmos pautou-se pela necessidade de rediscutir questões levantadas pelos autores no que se refere a contextos distintos (o brasileiro e os africanos), mas tão próximos quanto às dificuldades históricas enfrentadas no campo educacional. Para evidenciar a importância e a vinculação teórica entre os dois autores no tocante à educação, transcrevemos o primeiro parágrafo de Pereira de Queiroz:

<sup>1</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Metodista de São Paulo / Diretora de Pesquisa do Centro de Estudos Rurais e Urbanos e Pesquisadora do CNPq. E-mail: zeila@usp.br

“Relendo recentemente um trecho de Georges Balandier, sociólogo francês, em que o autor define o que entende por “situação colonial”, chamou-me a atenção a aproximação entre o que descreve Balandier e o que se passa no interior de várias sociedades, principalmente no que diz respeito à educação. A “situação colonial”, segundo o autor, apresenta-se quando relações de dominação político-econômica se estabelecem entre uma minoria estrangeira, materialmente inferior, e também étnica e culturalmente diferente da minoria dominante; a partir desse momento, a história e a evolução da maioria autóctone ficam marcadas por esta e passam a se desenrolar em função dela.” (PEREIRA DE QUEIROZ, 2014 p. 20)”

A autora, chamando atenção para a aproximação que Balandier fez entre a “situação colonial” e as relações de camadas dominantes e camadas dominadas numa sociedade de classes, observa em seu artigo que também nas sociedades estratificadas em classes sociais, como a brasileira, o processo educacional formal e informal desempenha o mesmo papel de “domesticação” que numa sociedade colonial, restando examinar a reação das camadas inferiores diante das imposições culturais das superiores. Balandier também discute, no que diz respeito à educação como forma de colonialismo, a supremacia dos adultos sobre crianças, jovens e velhos em nossa sociedade.

A obra de Georges Balandier é extensa, suas publicações sucedem-se desde a década de 1950 até os dias atuais (BALANDIER, 2013). Para esse número da *Revista Cadernos CERU*, selecionamos não um de seus textos mais recentes, mas o artigo “A situação colonial: abordagem teórica”, publicado em sua primeira versão em 1951, pelas reflexões aí contidas. O autor nos permite pensar em várias situações enfrentadas hoje, no Brasil, com relação aos grupos ainda discriminados no campo educacional, assim como a várias “tensões”, “contradições” e “ambiguidades” presentes na prática pedagógica de escolas em que estão presentes educadores e educandos de diferentes etnias, idades, grupos sociais, culturas, ideologias políticas, vivenciando processos de mudança. Mais que as observações que o autor traz sobre a situação colonial de meados do século XX, focalizando as formas de dominação, o que procuramos chamar a atenção aqui é para a proposta teórica que apresenta e que continua atual para a análise das crises que enfrentamos no campo educacional nestas décadas iniciais do 3º milênio. Como se observa neste texto, “as crises são evidenciadoras”, constituindo-se numa posição privilegiada para estudo, impondo ao sociólogo desafios metodológicos ao se referir às crises analisadas na situação colonial e às alterações observadas na África:

“Mas a análise sociológica não saberia se ater a apenas estes aspectos do social – a parte instituída ou estruturada – e constatar as transformações e os desaparecimentos, observar e descrever as novas criações. É indispensável ir além e atingir, segundo a expressão de G. Gurvitch, as *formas de sociabilidade*. Pois parece que certas “maneiras de relacionar”, certas ligações sociais subsistem, no momento em que as estruturas no seio das quais

elas atuavam são alteradas ou destruídas, enquanto novas aparecem em função da situação colonial, das conjunturas sociais criadas por esta. Elas podem coexistir e dar às inovações concebidas pela sociedade colonizada estas características, ao mesmo tempo, tradicionalistas e modernistas, ambiguidade notada por alguns observadores.” (BALANDIER, 2014, p.58)

É o que podemos constatar pela leitura dos vários artigos que compõem a segunda parte da revista, em que os autores analisam não só as transformações em curso, mas principalmente as “formas de sociabilidade”, as “persistências” e “inovações” que coexistem no complexo campo educacional.

As análises de Balandier e Maria Isaura têm tanto as políticas de Estado como as formas assumidas pelos processos educacionais juntos aos vários grupos sociais e nos levam a perguntar: em que medida o “colonialismo” continua presente nos agora chamados “tempos pós-coloniais”? A distância temporal “enfraquece” as análises realizadas há mais de 40 anos?

Outro motivo relacionado às escolhas é que a *Revista* decidiu homenagear em seus 40 anos de publicação dois autores vivos que sempre foram fundamentais às pesquisas realizadas sobre os contextos brasileiro e africanos.

A segunda parte da Revista incorpora artigos que se referem às pesquisas realizadas com diferentes grupos sociais em diferentes contextos socioculturais, abordando questões do campo da educação escolar e não-escolar que afetam crianças, jovens e adultos. Todos estão pautados em discussões teóricas fundamentais para a compreensão da complexidade dos problemas educacionais na atualidade.

Compondo a reflexão sobre o campo da educação, três artigos discutem diferentes aspectos relacionados às crianças, um dos grupos para o qual Pereira de Queiroz chamava atenção. São muito diferentes quanto às temáticas abordadas, contribuindo para a ampliação dos debates.

Questões fundamentais sobre a infância são focalizadas no importante artigo de Deise Arenhart e Maurício Roberto da Silva, intitulado sugestivamente “*Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares*”. Os autores refletem sobre as articulações entre a problemática das desigualdades sociais e as desigualdades escolares, focalizando as categorias analíticas que constroem a infância e a condição de desigualdade a ela associada: geração e classe. Retomando os aportes teórico-metodológicos da Sociologia da Infância e da Sociologia da Educação, os autores orientaram-se por questões fundamentais: “em que sentido se articulam desigualdades sociais e escolares e como essas desigualdades se traduzem nas manifestações realizadas com elas? Em que sentido a escola favorece ou limita o direito à infância e à construção das crianças como autores sociais e culturais”? Tentando discuti-las, realizou-se um estudo etnográfico com dois grupos de crianças de quatro a seis anos de idade, pertencentes a contextos socioculturais marcadamente distintos e

frequentadores de escolas diferentes: um grupo de crianças empobrecidas e moradoras de uma favela do Rio de Janeiro e outro oriundo de classe média/alta (castelo). Observaram que a maioria das crianças pesquisadas na favela tem suas experiências de vida marcadas por um processo de diluição no mundo adulto, bem diferente do observado no grupo de crianças do castelo. O importante é a constatação de que a visão que ambos os grupos têm um do outro reforça as posições de desigualdade em que estão imersos e revela percepções distintas que as crianças tecem acerca de seu lugar na sociedade e na escola, por fatores estruturalmente políticos, econômicos e pedagógicos; mas também evidencia como as crianças, principalmente as da favela que veem a dupla condição de desigualdade social (geracional e de classe) “procuram driblar a condição do não direito para construir alternativas de fazer viver sua condição infantil no espaço escolar. As crianças reagem às condições de opressão (corpo oprimido) pela expressão de um corpo brincante e portador de resistências e transgressões”. Os autores também lutam por um projeto educacional que não converta desigualdades sociais em desigualdades escolares, propondo “fazer da escola um espaço de humanização e de vivência da infância”. Reiteram com vários outros autores desse número da *Revista*, a necessidade de se colocar a produção científica a favor de um projeto comprometido com a transformação social e de luta pela erradicação das desigualdades sociais na infância, na idade adulta e na velhice.

O instigante artigo de Marta Regina Paulo da Silva trata das culturas infantis e quadrinhos com base em discussão teórica aprofundada, e em pesquisa realizada com crianças de 3 a 5 anos de idade em São Paulo. A autora procura investigar a produção das culturas infantis a partir das experiências das crianças com as produções gráficas, constatando a esse respeito que há um trabalho pedagógico escolarizante que, assim como Pereira de Queiroz já apontava em seu estudo mais antigo, é marcado por uma visão adultocêntrica que ganha novas dimensões nos dias atuais: procura acelerar processos de escrita e formar para competências. Mas a autora também observou em seu estudo que há movimentos de resistências das crianças, que reivindicam sempre a ruptura de tal modelo. O estudo problematiza a formação dos professores propondo uma “formação descolonizadora”, que reconheça o outro e a outra em sua alteridade. Uma frase pode evidenciar a importância da discussão da temática: “De modo especial, advogo que nossas pesquisas e nossas práticas constituam-se em movimentos de resistências aos avanços de processos escolarizantes na educação infantil, e, neste sentido, a defesa deste território de infâncias como primeira etapa da educação básica”.

Tratando da infância que não está em instituições educacionais “convencionais”, está o artigo de Marília Gomes Ghizzi Godoy e Edna Ferreira: *O universo cultural da criança Guarany Mbya e a presença dos Cen-*

*tros Educacionais e Culturais Indígenas – CECI's, nas aldeias de São Paulo.* As autoras trazem para discussão o tema da educação infantil para povos indígenas, questionando como a escola pode responder a uma demanda simbólica própria das comunidades indígenas. Focalizando os Centros de Educação e Cultura Indígenas em três aldeias do município de São Paulo, abordam o conteúdo dos projetos e das práticas educativas comprometidos com a memória e a oralidade dos Guarani Mbya., onde os educadores indígenas representam suas próprias identidades; evidenciam como o espaço institucional da educação configurou-se pela forma como nele foi inserido o sentido tradicional da cultura mbya, cujas representações centrais estão localizadas na religião e no uso da língua nativa. Concluem que o universo regido pela escrita, do branco, pode ser estratégico como representação e atuação do que as crianças aprendem sobre elas mesmas. Assim, constrói-se na interculturalidade a própria identidade Guarani Mbya e das crianças (kyringue). As experiências da escrita são importantes e necessárias no convívio com o não-índio e como progresso para os aprendizes.

A educação de adultos entendia em seu sentido amplo foi objeto de reflexão de Dulce Whitaker e Marinaldo Fernando de Souza, mas a partir de um desafio que os autores se colocaram: reinterpretaram-se dados já coletados em pesquisa no interior do estado de São Paulo cujo objetivo central era compreender o modelo de educação social adotado por instituições incumbidas de assistência social de proteção básica, instituídas pelo Estado, analisados à luz da visão crítica e humanizadora de Paulo Freire e procurando submetê-los ao referencial de Hannah Arendt, especialmente suas reflexões sobre a crise da educação nos Estados Unidos nos anos 1950. A releitura dos dados apresentada pelos autores configura-se como um exercício teórico é importante por evidenciar similitudes e diferenças nos referenciais adotados problematizando-os. Concluem, entretanto, que há diferenças irreconciliáveis entre os dois pesquisadores: para os autores, enquanto para Arendt é impossível educar adultos – e o mundo da educação deve ser desvinculado do mundo da política, considerando que a responsabilidade do educador se baseia na tradição e na autoridade –, surge uma posição oposta, constatada em Freire, para quem a responsabilidade do educado leva à liberdade no processo de educação de adultos e crianças, o que envolve uma relação dialógica.

Alguns artigos tratam de problemas educacionais e propostas pedagógicas que se referem a processos de mudança em curso na realidade social.

Referindo-se aos jovens, o artigo de Aline Andrade e Flávia Schilling “*O direito à cidade e os enredos pós-modernos de um projeto social dirigido a jovens moradores da metrópole paulistana: um estudo sobre o Programa “Jovens Urbanos”*”, analisa os contornos teóricos que fundamentam em projeto social denominado “Programa para Jovens Urbanos”,

que visa ampliar e qualificar as possibilidades de circulação dos jovens da periferia na metrópole de São Paulo, que seriam afetados por diferentes condições de exclusão, como a sócioespacial. O estudo procurou problematizar a ideia de restrição da circulação e verificar que saberes informam tal tese. As autoras consideram que os pressupostos teóricos que sustentam as afirmativas do Programa estão marcadamente vinculados à ideais reconhecidas como pós-modernas; tais ideias, segundo as autoras, refletem e não colocam no centro de sua atenção analítica os conceitos e as categorias de grandes teorias explicativas, como dialética, classe ou mesmo desigualdade social (as autoras referem-se aqui à teoria de Lefebvre). Questão importante discutida no artigo é a vulnerabilidade social dos jovens de periferia e as formas como são visualizadas. Considera-se que é preciso investir esforços no deciframento das possibilidades, impasses e bloqueiras da ação coletiva e na reinvenção da política e da cidade, concluindo as autoras que é preciso ampliar os horizontes teóricos e metodológicos para enfrentar os desafios da cidade.

Vitor Machado em seu texto focaliza “*O Movimento Sem Terra e a educação escolar: a trajetória de uma pedagogia para além dos muros da escola*”. Em análise detalhada dos textos publicados pelo próprio movimento, o autor discute: as diretrizes oficiais para a implementação das escolas do MST, o professor como mediador entre o saber e a realidade, o currículo escolar, a relação entre teoria e prática, a continuidade da Proposta Pedagógica com relação ao ensino de 5ª a 8ª série, a “Pedagogia da Cooperação”, a “Pedagogia em Movimento”, enfim, o papel social da educação. Concluiu o autor que, para o MST, a Pedagogia do Movimento Sem Terra não cabe na escola, pois envolve outras dimensões da vida, configura-se como uma proposta pedagógica real que está sempre em movimento, produzindo ensinamentos adequados à realidade das crianças e jovens do campo, diferenciando-se assim do modelo convencional.

Tendo como objeto outra dimensão da prática pedagógica que tem merecido discussões polêmicas na atualidade, está o artigo de Maria da Graça Setton e Gabriela Abuhab Valente: “*Notas etnográficas sobre a religiosidade na escola*”. Com base em cuidadoso estudo de caso de uma escola municipal de Santo André, selecionada por não oferecer a disciplina Ensino Religioso, são abordados os aspectos difusos das religiosidades. As autoras analisam o clima escolar, procurando conhecer os fatores importantes do cotidiano vivido na instituição escolar. Concluíram que a religiosidade estava presente no ambiente escolar, mas de forma mais difusa e mais subliminar do que supunham. As observações de campo evidenciaram que são os agentes sociais presentes na instituição que carregam suas experiências religiosas para dentro da instituição, pois são possuidores de uma cultura que converge para a religiosidade; assim a escola é um espaço que potencializa a religião dos docentes, uma vez que um vazio institucional está



presente. As autoras finalizam chamando a atenção para a importância da luta a favor da garantia do direito à laicidade na escola, considerando que, se a religião está perenemente presente na escola, é preciso pensar em uma educação intercultural que proporcione momentos de reflexão e que corresponda à divulgação de uma tolerância como forma de se relacionar com o outro. Tratou-se, assim, da problemática presente em todo o campo educacional.

Outros dois artigos também problematizam a educação e cultura entre sujeitos que se deslocam, isto é, entre imigrantes (no Brasil e em Portugal).

Marcelo Alario Ennes apresenta importantes discussões da atualidade sobre multi/interculturalidade, em seu artigo “*Aprender com o imigrante: a produção multi/interculturalidade da diversidade em Portugal*”. Para tanto, baseia-se em revisão da literatura e fundamentação teórica, em dados secundários publicados pela ONU e os dados que coletou em Portugal durante período em que lá viveu. O conteúdo do artigo está dividido em quatro partes: a primeira trata da imigração em Portugal no contexto dos fluxos migratórios contemporâneos; nas demais, aprofunda-se na discussão da temática da diferença e da diversidade nos séculos XX e XXI, problematizando alguns significados do interculturalismo; considera que a diversidade, sob o multiculturalismo ou interculturalismo em contextos de forte fluxo migratório, como o da União Europeia, tornou-se tema de gestão pública, envolvendo o campo da cultura e da educação em vários países da Europa. Na última parte, o autor trata de três publicações elaboradas no âmbito das iniciativas governamentais e gestão da diversidade e da integração do imigrante em uma perspectiva intercultural, ações em grande parte desenvolvidas no campo da educação dentro e fora das escolas. Como as publicações estão centradas em histórias de vida de imigrantes que foram para Portugal, e uma delas com crianças e adolescentes, observa nos relatos a ênfase na vida e na escola e a importância de pais, professores e colegas na produção e superação da discriminação. As três publicações representam iniciativas de proporção da diversidade de da multi/interculturalidade por meio da educação não-escolar. Conduzindo ainda a uma ideia do que seria um imigrante desejado pelos gestores e como os portugueses/as poderiam conviver e aprender com o “diferente”. Os brasileiros estão entre os imigrantes considerados.

Também o artigo da professora Leda Maria Oliveira Rodrigues e dos pós-graduandos Cybele de Faria e Soares, Elbio Miyahira, Marinaldo Cunha e Simoni Garbi Santana Molinari trata da “*Migração Contemporânea e Educação*”, procurando compreender a inserção dos imigrantes na escola. Baseando-se em autores que discutem o fenômeno migratório na perspectiva sociológica, discutem a presença de vários grupos de imigrantes na cidade de São Paulo, questionando a forma como a escola trabalha com os problemas dos alunos de famílias imigrantes. Discutem resultados de pes-

quisa realizada em uma escola particular em que as nacionalidades marcantes são a peruana e a chinesa, ao lado de alunos brasileiros; observam que as práticas pedagógicas dos professores e gestores estão longe de serem meios de trabalhar e valorizar as diferentes culturas dos migrantes que convivem com alunos brasileiros. Além de estabelecerem uma hierarquia no tratamento entre os grupos de imigrantes, preferindo os chineses aos peruanos. Apontam a necessidade de realizar estudos sobre os processos de inserção dos imigrantes na escola, isto é, pelo enfrentamento da questão da diferença.

Roger Marchesini de Quadros Souza analisa os impactos da implantação na rede pública estadual paulista do Regime de Ciclos com Progressão Continuada, tema que tem sido objeto de polêmicas nos dias atuais, recorrendo ao referencial de Pierre Bourdieu, especialmente aos conceitos de *habitus*, capital cultural e autoridade pedagógica. O autor, em seu artigo “Estratégias de manutenção, acomodação e transposição do *habitus* em um cenário de mudanças”, discute os depoimentos de professores, trazendo à tona o impacto, os conflitos, contradições e estratégias suscitadas pela reforma implantada. A recorrência aos conceitos de Bourdieu permitiu a observação da complexidade da situação, tratada no artigo com detalhamento importante. Destacamos uma das observações: a de que o impacto da alteração da organização da progressão e classificação escolar, de anual seriado para o modelo de ciclos de quatro anos, se deu sobre o *habitus* do professor no que se refere à sua autoridade pedagógica, especificamente à função judiciária dessa autoridade, e que se identificaria com o poder de decidir sobre a promoção ou retenção dos alunos ao final do ano letivo, além dos reflexos dessa alteração para a qualidade escolar e a aprendizagem do aluno. O autor discute as diferentes facetas apresentadas pelo capital cultural e *habitus* dos professores, observando que a ação e as práticas docentes não podem ser reduzidas à visão de que os professores se encontram acomodados, que não aceitam mudanças. Conclui que a escola está em “ebulição” e é marcada por conflitos e contradições; que os depoimentos apontam as concepções próprias da classe social que pertencem os professores, mas que há um movimento de defesa da escola pública de qualidade. Contribui o autor com questões fundamentais a serem consideradas nos processos de mudança que estão ocorrendo em todos os níveis de ensino.

Finalizando a discussão sobre a educação nos dias atuais, dois artigos tratam dos novos processos relacionados à expansão das novas tecnologias no campo educacional. A questão da “*Avaliação de Cursos de Educação Superior a Distância*” é objeto de reflexão de Cecília Carmen Pontes Rodrigues e Maria Rita Aprile. As autoras discutem a desarticulação entre propostas pedagógicas, processos educacionais e requerimentos profissionais exigidos pela atual racionalidade produtiva. Focalizam, nesse contexto, a questão da avaliação dos cursos não presenciais, considerando que nos



programas desenvolvidos pelo EaD o alcance da qualidade das ações desenvolvidas exige o atendimento a um conjunto de indicadores referentes a aspectos políticos, sociais, didático-pedagógicos, tecnológicos e administrativos. No artigo, as autoras discutem uma matriz de avaliação que inclui quinze categorias de avaliação da mesma com relação às programações de EaD, pois as mudanças e correções nas programações assim como a aplicação de oferta de cursos de EaD, configuram-se em medida social e política de democratização das oportunidades de acesso à educação superior para muitos que dela são excluídos. Trata-se de discussão fundamental frente à forte expansão de cursos não presenciais nos últimos anos.

Complementando as discussões relacionadas a novas tecnologias no campo da educação, o artigo de Marieta Lucia Machado Nicolau aborda “*O Programa de Educação Continuada na formação de professores da Rede Pública: o papel dos e-mails no desenvolvimento do curso*”. A autora discute o papel das mídias interativas em cursos semipresenciais e de educação à distância direcionados para a formação de professores, pautando-se na análise de centenas de *e-mails* recebidos dos educadores. Os *e-mails*, pela troca de experiências que proporcionaram, permitiram traduzir modificações, supressões e acréscimos nas linhas diretivas do Programa PEC/USP para a formação de professores da rede pública e destinado à graduação universitária de professores de nível médio em exercício. Também foi uma oportunidade para o exercício da expressão escrita apontando para os aspectos que dificultavam a aprendizagem, favorecendo que as reformulações ocorressem ainda durante o processo. A análise foi realizada considerando os que se referiam à questões de natureza administrativa e os que ligavam à questões de caráter pedagógico.

Retomamos para reflexão sobre os artigos que compõem esse número da *Revista*, as considerações de Pereira de Queiroz no final de seu artigo: “Ora, há muito sabem sociólogos e antropólogos que o enriquecimento sociocultural jorra das diferenciações e não das identidades” (PEREIRA DE QUEIROZ, 2014, p. 34).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALANDIER, George. *Du social par temps incertain*. Paris: Presses Universitaires de France. 2013
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Ciências Sociais: contribuições para a pesquisa em educação. *Educação & Linguagem*. v. 15, p. 137-165, 2012.

